

O **OMNIDEF ANALYSIS** é uma publicação mensal composta de análises* acerca de temas constantes nas edições do mês anterior do **OMNIDEF** e considerados de maior relevância no contexto da Defesa Nacional.

Vídeos Relacionados



Cualquier amenaza a Colombia enfrentará la determinación de EE.UU.: Mike Pence.

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)

Acionistas da Embraer aprovam acordo com a Boeing
Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)



McFaul: saída dos EUA do Tratado INF é "nova batalha" com a Rússia

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)



*As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra (ESG), do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A ESG não é responsável pelos sítios de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de links ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

Destaques do Mês

BRASIL E O ENTORNO ESTRATÉGICO

DESAFIOS INTERNOS E EXTERNOS PARA A COLÔMBIA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

- *POR UMA POLÍTICA PÚBLICA "NACIONAL" DE DEFESA*
- *RISCOS E OPORTUNIDADES DA JOINT VENTURE DO KC-390*

GEPOLÍTICA, CONFLITO E COOPERAÇÃO

FIM DO TRATADO DE FORÇAS NUCLEARES DE ALCANCE INTERMEDIÁRIO (INF): CORRIDA ARMAMENTISTA OU CONSTRANGIMENTO AO MULTILATERALISMO

Corpo Editorial

Editor: Ricardo A. Fayal.

Conselho Editorial:

Danilo Marcondes de Souza Neto;

Guilherme Lopes da Cunha;

Jacinto Maia Neto.

Editor Auxiliar: Marcos do Vale Araujo

Auxiliares de Pesquisa:

Thaís Fernandes Pereira – Bacharelada em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ.

Luísa Guimarães Vaz – Bacharelada em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ

Marcos do Vale Araujo – Bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ.

Pesquisadores da Edição

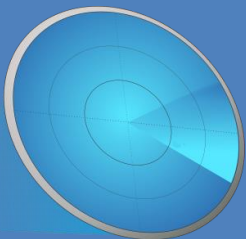
Danilo Marcondes de Souza Neto – PhD em Politics and International Studies pela Universidade de Cambridge.

Jacinto Maia Neto – Doutorado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

Sergio Kostin – Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Guilherme Lopes da Cunha – Doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).





BRASIL E O ENTORNO ESTRATÉGICO

Desafios internos e externos para a Colômbia

Autor: Danilo Marcondes de Souza Neto

Co-autora: Thaís Fernandes Pereira

O cenário pós-acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) tem trazido alguns desafios internos e externos para a Colômbia. No campo interno, um dos principais desafios são as negociações com a guerrilha do Exército de Libertação Nacional (ELN), e no campo externo, os desafios incluem a situação de instabilidade na vizinha Venezuela e as discussões sobre o futuro da integração sul-americana.

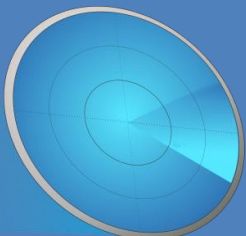
No campo doméstico, a explosão de um carro-bomba na entrada da academia de polícia Escola General Santander em Bogotá, em 17 de janeiro de 2019, deixou 21 mortos (20 cadetes da academia e o motorista do carro) e 68 feridos. O atentado, o maior na Colômbia desde 2003, foi posteriormente reivindicado pelo ELN, alegando o ato ser uma resposta a ataques realizados por forças militares do governo. O ELN já havia assumido a autoria de um outro atentado realizado em Bogotá em fevereiro de 2017. A ocorrência do atentado de janeiro prejudica as negociações de um acordo de paz entre o governo e ELN, iniciadas desde 2014. A presença do ELN ocorre principalmente na fronteira com a Venezuela e há suspeitas de que o grupo teria apoio do governo de Nicolás Maduro.

No campo externo, o Presidente da Colômbia, Iván Duque, anunciou logo após a sua posse em agosto de 2018 que a Colômbia iria se retirar da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), em grande parte devido à percepção de que a organização apoiava o governo venezuelano. Duque propôs também a criação de uma organização que possa substituir a UNASUL, proposta que encontra apoio em outros países da região, como o Chile, Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru suspenderam as suas atividades na UNASUL desde abril de 2018, também devido a críticas à Venezuela. A Colômbia já vem há algum tempo procurando uma diversificação de parcerias, para além dos arranjos exclusivamente sul-americanos. A aproximação da Colômbia com os Estados Unidos é criticada pelo governo de Maduro, que vê o risco de uma possível ação militar americana contra o seu governo a partir da Colômbia.

A gravidade da situação na Venezuela tem chamado atenção para as relações bilaterais entre Colômbia e Venezuela. Em 23 de fevereiro de 2019, Maduro anunciou o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países e expulsou os diplomatas colombianos no país. A decisão foi influenciada por tensões relacionadas à distribuição de ajuda humanitária para a Venezuela a partir da cidade colombiana de Cúcuta, localizada na fronteira com a Venezuela.

[Continua]





A situação entre Colômbia e Venezuela também chama atenção para qual deve ser o papel do Brasil. O Brasil foi um dos 12 membros fundadores do Grupo de Lima, estabelecido em agosto de 2017 para discutir a situação na Venezuela, e o governo brasileiro reconheceu o presidente da Assembléia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, como presidente interino da Venezuela em 23 de janeiro de 2019.

Em 11 de fevereiro de 2019, o governo brasileiro reconheceu como embaixadora da Venezuela perante o Brasil uma representante do autoproclamado presidente Guaidó. A distribuição de ajuda humanitária para a Venezuela a partir do estado fronteiro de Roraima é outro ponto a ser acompanhado na forma como o Brasil está respondendo à crise na Venezuela. O fechamento da fronteira entre Venezuela e Brasil decretado pelo governo de Maduro no dia 21 de fevereiro de 2019 também preocupa as autoridades brasileiras, principalmente em relação aos impactos humanitários e o desabastecimento de cidades fronteiriças. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

Estadão – 13/02/2019

A relação Colômbia e EUA em números

O presidente americano Donald Trump se encontra nesta quarta-feira, 13, com o colombiano Iván Duque, na Casa Branca. Na pauta, estão a crise na Venezuela e a cooperação entre os dois países. Principal aliado americano na América do Sul desde os anos 90, a Colômbia viu um aumento na ajuda militar e humanitária da Casa Branca depois da chegada do presidente à Casa Branca. O período coincide tanto com o acordo de paz com as Farc como com a chegada em fluxo de refugiados venezuelanos ao país e ao aumento da produção de folhas de coca.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#).

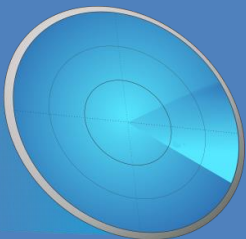
Infobae – 18/02/2019

La respuesta de Iván Duque sobre si Colombia recibirá tropas de EEUU para una intervención militar en Venezuela

El presidente de Colombia, Iván Duque, reiteró su respaldo a la presión diplomática contra el dictador Nicolás Maduro para poner fin a la crisis en Venezuela; sin embargo, no descartó recibir tropas de Estados Unidos para una intervención militar. Así lo sostuvo en una entrevista con el periodista Bricio Segovia para la Voz de América, en la que afirmó que va a "apelar al gran cerco diplomático que es la salida más allá de una intervención militar".

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#).





POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

Por uma política pública “nacional” de defesa

Autor: Jacintho Maia Neto

Co-autora: Luísa Guimarães Vaz

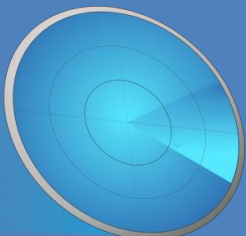
Em 14 de dezembro de 2018, o Congresso Nacional finalizou a apreciação dos documentos de defesa entregues em novembro de 2016 pelo então Ministro da Defesa Raul Jungmann. Tal situação ocorre desde que a Lei Complementar Nº 136, de 25 de agosto de 2010, também chamada de “nova defesa”, definiu que a partir de 2012, de quatro em quatro anos, o Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, para sua apreciação, as atualizações dos documentos de defesa brasileiros, quais sejam: a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). O Legislativo ao finalizar sua apreciação, publica decreto legislativo onde expõe suas sugestões aos referidos documentos, os quais serão aprovados mediante decreto do Executivo.

Em relação aos documentos de 2012, o Decreto Legislativo Nº 373, de 25 de setembro de 2013, em seu parecer sobre os documentos de defesa, ao buscar uma definição de Poder Nacional, referencia-se na que tem sido utilizada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que mais tarde seria incluída na revisão de 2016. O citado parecer retoma o debate sobre a importância da definição clara de alguns conceitos, entre eles, o de Segurança Nacional, propondo que esse conceito seja inserido na PND, em substituição ao de Segurança, por entender que “está na hora da sociedade brasileira rediscutir o tema, sobretudo quando se desenvolvem diante de nós ameaças à Segurança Nacional do País, [...]. Eis, portanto, nossa sugestão.” Até novembro de 2016, os documentos de defesa de 2012 não haviam sido aprovados, ocasião que uma nova atualização foi encaminhada para a apreciação do Congresso Nacional.

Na apreciação dos documentos de defesa de 2016, o Legislativo sugere apenas que, no LBDN, sejam padronizados os termos relacionados ao Sistema de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear, conforme o utilizado em organismos internacionais que tratam do tema, pois em algumas partes do documento as expressões foram trocadas. O que se espera dos documentos de mais alto nível no âmbito da defesa, é que eles sejam os delineadores das políticas públicas nessa área, amparando ações do Executivo no binômio Defesa e Desenvolvimento, renovados na END de 2008, para isso, precisa-se que os documentos sejam efetivamente aprovados pelo Executivo. Interessante se faz notar que o escopo da END 2008, materializado nos três eixos estruturantes: “reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas”, passou a ser utilizado como eixo motriz da transformação das Forças Singulares, contribuindo para a geração de projetos estratégicos nas três Forças.

[Continua]





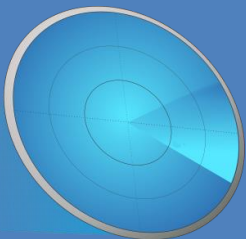
Hoje, passados mais de dez anos da 1ª END, eles continuam a ser projetos individuais das Forças, reconhecidos como essenciais pelo MD e por setores governamentais, mas, com raras exceções, como a legislação que incentiva a indústria de defesa brasileira, não conseguem ser identificados como decorrentes de uma estruturada política pública de defesa. Nesse contexto, o MD e as Forças passaram a ver os projetos estratégicos, também, como “um conjunto estruturado de decisões orientadas para a realização de um objetivo considerado de interesse público”, qual seja o da “defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”.

Diante disso, pode-se dizer que eles, os projetos estratégicos das Forças (ProSub, ASTROS 2020, FX 2, KC 390 etc.) dentro do escopo das políticas públicas, são a materialização de uma política pública de defesa, balizada pelos eixos estruturantes da END 2008 e pelos Objetivos Nacionais de Defesa (OND) da PND de 2016, entre eles o de “Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas” e o de “Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa”.

Quando se considera que uma política pública é “colocar o governo em ação”, pretende-se com isso, que, no caso dos projetos estratégicos das Forças, que eles sejam incluídos sistematicamente nos Planos Plurianuais (PPA) de cada governo, pois políticas públicas no âmbito da defesa ultrapassam o limite temporal de um governo, constituindo-se na materialidade de conceitos como Segurança e Defesa Nacionais. Quando o MD busca incrementar a participação do Brasil em operações de paz (Haiti, Líbano e em diversas partes do mundo), participar de exercícios com outros países (Exercício Multinacional Obangame Express 2019, Operação Yaguaretê, Operação Guarani e os exercícios CRUZEX) e realizar atividades na Antártica, entende-se que dois OND estão orientando essas ações: “Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais” e “Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”. Esses são alguns dos exemplos de como, com base nos documentos de defesa, pode-se construir políticas públicas nessa área, dentro do escopo do binômio Defesa/Desenvolvimento, com foco em Segurança, materializando o trinômio base da Escola Superior de Guerra.

Portanto, uma grande contribuição para o setor de defesa seria a aprovação, pelo Executivo, dos documentos de defesa entregues em 2016 ao Congresso Nacional e apreciados recentemente pelo Legislativo, transformando essas ações conduzidas individualmente pelo MD e pelas Forças como ações de uma política pública “nacional” de defesa. ■





POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

Riscos e Oportunidades da *Joint Venture* do KC-390

Autor: Sergio Kostin

Co-autora: Luísa Guimarães Vaz

O mercado de transporte aéreo militar tem como principais aeronaves competidoras deste comércio descritas na tabela a seguir.

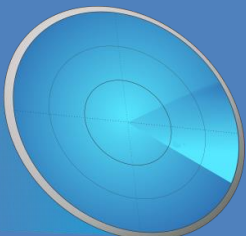
Aeronave	Emprego	Início de Operação	Carga útil (ton)	Alcance (km)	Aeronaves em operação
Airbus A330 MRTT	Estratégico/ Tático	2007	45	14.800	33
Airbus A400M	Estratégico/ Tático	2009	37	9.300	80
Alenia C-27J	Tático	2008	11,5	5.926	101
Boeing C-17 Globemaster III	Estratégico/ Tático	1991	77.5	10.390	279
Embraer KC-390	Tático	2014	23	6.200	8
Lockheed Martin C-130J	Tático	1996	20	3.334	400
Xian Y-20	Estratégico/ Tático	2013	66	7.800	8

Pelo exposto, observa-se a preponderância da utilização de aviões de transporte militar de companhias de origem norte-americana. Neste contexto, segundo dados do SIPRI, em 2017 foram gastos cerca de US\$ 1,74 trilhão, onde os Estados Unidos da América (EUA) gastaram US\$ 610 bilhões, mais que os outros 7 países subsequentes na lista (China, Arábia Saudita, Rússia, Índia, França, Reino Unido e Japão), que gastaram, como um todo, US\$ 578 bilhões. O restante do mundo despendeu cerca de US\$ 551 bilhões. EUA e China gastaram juntos aproximadamente US\$ 838 bilhões, representando cerca de 48% do orçamento militar global.

O KC-390 compete com várias aeronaves no setor de transporte aéreo militar, em especial o C-130J, da Lockheed Martin. A Embraer estima que o mercado para estas aeronaves seja de US\$ 60 bilhões. Há, entretanto, outros relatórios mostrando números bem mais modestos, na ordem de US\$2,5 bilhões para um período de 5 anos (2019-2024).

[Continua]





Um ponto crucial é que a maior parte das aquisições será dos países que mais investem no setor de Defesa citados anteriormente. Os EUA, por questões de segurança, somente compram aeronaves que são montadas em seu território. China e Rússia dificilmente adquirirão aeronaves brasileiras e, mesmo se optassem pela aquisição do KC-390, poderiam estar sujeitas ao embargo tecnológico dos EUA, haja vista que a maior parte dos componentes críticos é de fabricação norte-americana. França, Reino Unido e Japão possuem laços geopolíticos fortes com os EUA, tendendo a comprar equipamentos europeus ou norte-americanos.

Assim, resta um mercado muito restrito de países periféricos em termos de investimento. Ressalta-se ainda que estes países periféricos investem em defesa muito menos que os principais países, sendo o dinheiro principalmente destinado a despesas de pessoal e custeio. Por outro lado, é lícito supor que o setor de transporte militar poderia ser uma área de concentração de investimentos. Ressalta-se ainda que países pobres tendem a evitar a compra de equipamentos muito sofisticados, tendo em vista os altos custos de manutenção e o fato do KC-390 ser equipado com turbinas dificultaria suas vendas para este tipo de mercado.

No momento, o único país (fora o Brasil) com pedidos firmes do KC-390 é Portugal. Não há, no momento, outros pedidos firmes, apenas cartas de intenções sem formalização de acordos de Colômbia, Chile, Argentina, República Tcheca e Suécia (dentro do acordo do projeto FX-2).

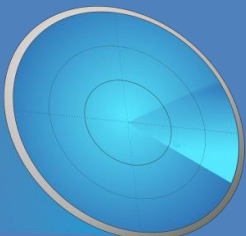
Assim, num cenário muito otimista, do mercado de US\$ 60 bilhões de dólares, considerando que apenas um terço estaria disponível (na verdade menos do que isso, pois os investimentos estão principalmente nos grandes orçamentos militares), sobriam US\$20 bilhões, num cenário competitivo com os grandes players ainda disputando o mesmo. Considerando ainda a previsão mais conservadora, de US\$ 2,5 bilhões, seria muito difícil a viabilidade econômica do projeto do KC-390 baseando-se no mercado externo, sendo que parte dos chamados países periféricos ainda sofrem influência dos chamados países centrais. Vale ressaltar que cada KC-390 custa na ordem de US\$ 90 milhões.

Talvez a maior oportunidade esteja na *Joint Venture* com a Boeing, confirmada na Assembleia de Acionistas do dia 26 de fevereiro de 2019, da linha de montagem do KC-390 nos EUA, em moldes semelhantes ao BEM-314 (“Super Tucano”), abrindo a possibilidade de venda da aeronave para o principal mercado militar do mundo.

Isto, por outro lado, traz riscos. Foi noticiado recentemente na imprensa que a montagem e venda do KC-390, independente do destino, seria feito em território norte-americano.

[Continua]





Este autor pensa que a montagem e venda para o mercado norte-americano, nos moldes do Super Tucano não seria problemática, até porque os EUA possuem restrições severas quanto às compras de material de emprego militar, mas se a montagem de todos os KC-390 for feita fora do Brasil não valeria o benefício econômico.

O mercado de material de emprego militar é altamente competitivo e com fortes barreiras financeiras e tecnológicas. É ilusão pensar que nossas empresas conseguirão competir neste mercado para obter a sustentabilidade econômica. A Base Industrial de Defesa deve ser sustentada em quase sua totalidade pelo Estado brasileiro. A questão é que o Brasil passa por um cenário fiscal muito adverso, dificultando sobremaneira os investimentos em Defesa. Porém, a Embraer Defesa é, de longe, o nosso principal ativo. Cabe ao Estado prover os meios para deixá-la operante. Acordos semelhantes ao Super Tucano aplicados ao KC-390 podem ser considerados positivos, pois trazem recursos para o país. Entretanto, as linhas de produção para mercados fora dos EUA devem continuar no Brasil e eventuais exceções, devem ser discutidas de forma muito criteriosa, priorizando sempre a produção dentro do território brasileiro. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

AEROFLAP - 08/02/2019

Primeiro voo do Embraer KC-390 completa quatro anos

No último dia 03 de fevereiro, o KC-390 da Embraer completou os quatro anos do primeiro voo, que ocorreu em Gavião Peixoto-SP. Desde então inúmeros testes foram feitos com a aeronave, que está se tornando um dos destaques da Embraer, inclusive internacionalmente. Desde 2015 muitas coisas aconteceram envolvendo o KC-390, o segundo protótipo também voou e entrou na grande gama de testes aeronáuticos que devem ser feitos. Além disso o KC-390 visitou diversas cidades pelo Brasil e por países pelo mundo, passando pelo Chile, França, Nova Zelândia, Sudeste Asiático e uma parte da África.

Para a notícia completa [CLIQUE AQUI](#)

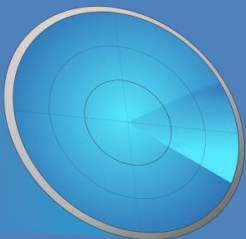
G1 – 26/02/2019

Acionistas da Embraer aprovam acordo com a Boeing

Reunião foi uma das etapas finais para decidir a criação de empresa avaliada em US\$ 5,26 bilhões; negócio ainda precisa ser aprovado por autoridades regulatórias. Os acionistas da Embraer aprovaram o acordo sobre a venda da divisão comercial da empresa para a Boeing, durante assembleia geral extraordinária realizada nesta terça-feira (26). Pelo acordo, a Boeing deverá pagar US\$ 4,2 bilhões por 80% da nova companhia. A Embraer ficará com os 20% restantes. A assembleia foi uma das etapas finais para decidir o rumo do negócio com a Boeing, que dependia do aval dos investidores. O acordo ainda precisa ser autorizado pelas autoridades regulatórias. Segundo a Embraer, 96,8% dos votos válidos foram favoráveis à transação, com a participação de aproximadamente 67% de todas as ações em circulação

Para a notícia completa [CLIQUE AQUI](#)





GEOPOLÍTICA, CONFLITO E COOPERAÇÃO

Fim do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF): corrida armamentista ou constrangimento ao multilateralismo?

Autor: *Guilherme Lopes da Cunha*

Co-autor: *Marcos do Vale Araujo*

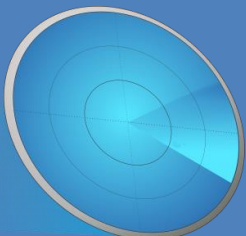
Após mais de 30 anos de vigência, o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário encontra-se sob a possibilidade de término. Também conhecido por Acordo INF, sigla em inglês de *Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty*, assinado em 1987, o tratado entre Estados Unidos (EUA) e a então União Soviética (URSS) definiu regras para controle de armas e desarmamento, contribuindo para conter ímpeto armamentista e para reduzir a possibilidade de conflitos nucleares. Os efeitos nefastos dos artefatos nucleares ao fim da Segunda Guerra Mundial evidenciaram a necessidade de inviabilizar enfrentamentos dessa natureza. O contexto em que surgiu a mobilização que resultou no Acordo INF situa-se na década de 1970, quando a URSS implementou melhorias em seu arsenal, substituindo os sistemas SS-4 e SS-5 pelo SS-20. Este último incorporava 3 ogivas e valia-se do Míssil de Reentrada Múltipla Independentemente Direcionado (*MRIV - Multiple independently targetable reentry Vehicle*), possibilitando atingir alvos diferentes, o que contribuiu para uma equiparação estratégica aos Estados Unidos.

Isso motivou uma contrarresposta da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que, em 1979, lançou a estratégia de Via Dupla (*Dual Track*). O objetivo desse plano seria negociar o controle de armas com a URSS e, simultaneamente, posicionar mísseis dos Estados Unidos na Europa Ocidental. Nesse contexto, nos anos de 1980, enquanto os EUA empreendiam esforços, por intermédio de programa de ampliação e modernização do seu arsenal, a diretriz proposta pela OTAN surtia efeitos, como comprovariam os diálogos estabelecidos em Genebra (1981), em que os EUA apresentaram a Opção Zero-Zero (Zero-Zero Offer): EUA limitariam mísseis na Europa desde que URSS se dispusesse a desativar sistemas SS-4, SS-5 e SS-20. Em meio a essa dinâmica, entre outras medidas, os EUA lançaram a Iniciativa Estratégica de Defesa (*Strategic Defense Initiative*), também conhecida como Guerra nas Estrelas, a qual indicava que haveria uma política de ampliação de gastos de defesa e que a URSS teria dificuldades em acompanhar esses passos.

Isso incentivou os encontros em Reykjavik, na Islândia, entre Reagan e Gorbachev (1985), consolidando o caminho para a conclusão do acordo INF (1987). Eliminavam-se, assim, mísseis com alcance entre 500 a 5500 quilômetros lançados por terra, o que não impediu, portanto, a utilização daqueles lançados por plataformas aéreas ou marítimas.

[Continua]





No entanto, por que motivo, afinal, se cogita o fim do acordo? O quanto é efetiva a manutenção do INF em termos sistêmicos? Caso se considere a cadeia de inovação dos sistemas de armas, não somente aqueles desenvolvidos por EUA e Rússia mas também por outras potências, grandes e médias, torna-se mais evidente uma outra perspectiva. Nas palavras do próprio presidente Donald Trump, seria interessante um novo tratado que pudesse incluir mais nações, o que aponta para o desenho de uma dinâmica capaz de pressionar os demais países a aderirem a um acordo multilateral.

A realidade é que a multilateralização do acordo INF, conseqüentemente, está entre as principais justificativas para que se denuncie o tratado. Embora haja acusações mútuas de violação - o que não se descarta - é igualmente válido pontuar que, enquanto EUA e Rússia têm-se comprometido a restringir-se, outro grupo de países têm avançado em programas assertivos, como é o caso de Índia, Paquistão, China, Irã e França, entre outros, cujo espaço para desenvolverem novas gerações de mísseis e outros artefatos é irrestrito. Portanto, o temor causado pelas ameaças de EUA e Rússia a não se submeterem aos compromissos de 1987 tem por objetivo impor aos demais Estados uma participação efetiva em um novo processo, ocasionando um constrangimento velado para que demais países aceitem uma multilateralização do INF, entre eles a China, que tem rechaçado esse assédio de maneira contundente. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

CNN – 06/02/2019

Russia will exit INF nuclear missile treaty in six months

Russia says it will mirror the United States' withdrawal from the Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) treaty between the countries, formally exiting the agreement in six months. Foreign Minister Sergey Lavrov announced the move in a report from state news agency RIA-Novosti on Wednesday. It comes after the Trump administration last week said it would be pulling out of the nuclear missile treaty, accusing Russia of violating its terms since 2014. Moscow rejects the accusations. The US-Russia treaty, which was signed in December 1987 by US President Ronald Reagan and his Soviet counterpart Mikhail Gorbachev, bans ground-launched missiles with a range of between 500 and 5,500 kilometers, and has been a centerpiece of European security since the Cold War.

Para a notícia completa [CLIQUE AQUI](#)

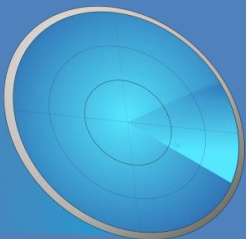
The Japan Times – 17/02/2019

Nuclear fears haunt leaders with U.S.-Russian arms pact's demise

U.S. President Donald Trump's decision to pull out of a landmark arms control treaty with Russia is turning the worst fears of a dangerous weapons race into reality. The U.S. and its allies are laying the groundwork to deploy new intermediate-range missiles in Europe for the first time since they were banned in a 1987 treaty, a move that would prompt a tit-for-tat Russian response. With a second nuclear pact likely to expire in two years, the risks of confrontation are growing. Jens Stoltenberg, NATO's top civilian, cited recent Russian deployments and evoked a Cold War-style threat of nuclear destruction at a global conference of security and defense officials this weekend in Munich, the baroque German metropolis that's one of Europe's richest cities.

Para a notícia completa [CLIQUE AQUI](#)





Escola Superior de Guerra (ESG)

Fortaleza de São João - Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22291-090

Tel.: (21) 3545 9889 / Fax (21) 3545 9971

cee@esg.br

As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra, do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A Escola Superior de Guerra não é responsável pelos sítios de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de *links* ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

O autor cede à Escola Superior de Guerra – ao Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos – os direitos de reprodução do material e quaisquer transcrições para o meio impresso e/ou digital a partir do material original, para edição, reprodução e publicação impressa e/ou em mídias digitais em língua portuguesa, ou em outros idiomas, por tempo indeterminado. Fica assegurado, portanto, o direito de dispor deste material para divulgá-lo em outros canais oficiais do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Instituto de Geopolítica e Estudos Estratégicos.

